

A PAUTA DE REINVIDICAÇÕES DA CATEGORIA PARA 2010 +
CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA + PROFESSORES
LUTAM POR PISO NACIONAL + DIA INTERNACIONAL DA MULHER

EXPRESSÃO

Ano 2 Número 8 Março.2010

Uma publicação
do Sindicato dos
Servidores Públicos
do Ensino Superior
de Blumenau

UNIVERSITÁRIA

REGRAS DA LIBERAÇÃO DE LICENÇA PRÊMIO NÃO SIGNIFICARAM REDUÇÃO. AS FINANÇAS ESTAVAM NO AZUL. ANTEPROJETOS DE LEI ORIGINALMENTE PROPOSTOS PELA REITORIA REFLETIAM A REALIDADE INSTITUCIONAL E OS DIREITOS TRABALHISTAS ATUALMENTE EM VIGOR NA FURB. AS FINANÇAS "VOLTARAM" AO VERMELHO SEM QUE SE PUDESSE CONSTATAR A TEMPO DE IMEDIATA REAÇÃO. O HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ESTARÁ EM FUNCIONAMENTO EM BREVE. CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO NA GESTÃO PARA OXIGENAR OS PROCESSOS NA UNIVERSIDADE. DISCUSSÕES SERÃO HORIZONTALIZADAS E POSSIBILITARÃO AOS SERVIDORES PARTICIPAR DA UNIVERSIDADE. A ATUAL CONDIÇÃO DE FINANÇAS PREPARA A FURB PARA A ESTABILIZAÇÃO DE PRAZOS DA LICENÇA PRÊMIO NÃO SIGNIFICAM AUMENTO DE ANTEPROJETOS DE LEI ORIGINALMENTE PROPOSTOS PELA REITORIA REFLETIAM A REALIDADE INSTITUCIONAL E OS DIREITOS TRABALHISTAS ATUALMENTE EM VIGOR NA FURB. AS FINANÇAS "VOLTARAM" AO VERMELHO SEM QUE SE PUDESSE



GESTÃO DESCHAMPS/FENILLI

**MENTIRAS,
INCOMPETÊNCIA
E AUTORITARISMO**

Editorial

Projetos aprovados, hora de discutir o Estatuto

As últimas semanas marcaram a tramitação dos Projetos de Lei na Câmara de Vereadores, referentes à reorganização administrativa da FURB, plano de carreira dos servidores técnico-administrativos, estatuto dos servidores do magistério público superior e aplicação do estatuto dos servidores públicos municipais aos servidores da FURB. A tramitação foi extremamente rápida, até mesmo para processos em regime de urgência, encaminhamento dado no caso destas leis. Para além da cobertura dada pela imprensa local, cabe fazer algumas considerações.

O texto componente dos projetos encaminhados pelo Prefeito Municipal à Câmara foi praticamente idêntico ao conteúdo dos anteprojetos discutidos e aprovados nos conselhos superiores (CONSAD e CONSUNI). As discussões realizadas nos conselhos, bem como o reflexo das alterações sobre nossa legislação interna e os direitos trabalhistas foram conteúdo apresentado nas últimas edições do Expressão Universitária. As diferenças foram fruto dos questionamentos feitos pela Procuradoria Geral do Município (PROGEM). Entre os questionamentos inclu-

am-se questões como a previsão dos departamentos como componentes dos Centros, o destino das verbas sucumbenciais (provenientes dos processos judiciais ganhos pelos representantes da instituição), a previsão dos direitos aplica-

Após sancionadas pelo prefeito, as leis entram em vigor, permitindo a realização de concursos públicos

dos aos trabalhadores contratados por contrato administrativo, a previsão de novas estruturas (como a Ouvidoria), entre outros. Quanto aos Departamentos, estes foram suprimidos da previsão legal. No caso das verbas de sucumbência, o resultado foi bastante próximo da proposta feita pelo SINSEPEs (que este recurso seja aplicado no reaparelhamento e manutenção do serviço judiciário e procuradoria). A previsão legal dos direitos aplicados no contrato administrativo são garantias frente à obscura "auto-regulamentação" dos contratos, portanto favorecendo aos trabalhadores. Já a Ouvidoria foi integrada ao Organograma com o reforço do argumento de que é

item de avaliação do MEC da qualidade das universidades brasileiras.

Com as alterações acima descritas, os Projetos de Lei iniciaram tramitação em regime de urgência, primeiramente na Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, onde a maioria das discussões foi realizada. Reitoria, SINSEPEs e ASEF foram ouvidos com relação ao conteúdo dos Projetos e os vereadores componentes da Comissão demonstraram a intenção de respeitar o resultado das discussões realizadas na Universidade. O SINSEPEs trabalhou de forma próxima à Comissão levantando as principais questões e assim apresentou três emendas ao Projeto (levadas a Plenário e subscritas pelos vereadores Vanderlei de Oliveira e Deusdith de Souza, conforme combinado na própria Comissão). A primeira emenda incluía os Departamentos como componentes dos Centros ao lado dos cursos de graduação. A segunda restabelecia a primeira progressão de carreira dos servidores técnico-administrativos após promulgação da Lei, inviabilizada pela anterior redação do artigo (salientando que a progressão avaliada e a por tempo de serviço foram fundidas por questões legais, mantendo as características de tempo a cada ano e meio e

mesmo número de referências, porém todas avaliadas). A terceira incluía entre os benefícios dos contratados temporários o vale-transporte. Foi apresentada ainda uma emenda pelo Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina (Sjsc), referente à carga horária de trabalho específica desta categoria profissional.

A tramitação dos Projetos de Lei e respectivas emendas ocorreu em Comissão Mista e em Plenário (finalizada no último dia 16/3), sendo todas as proposições aprovadas. Após sancionadas pelo Prefeito Municipal, as Leis entram em vigor e, conforme manifestação da Procuradoria Geral da FURB, anulam os efeitos da Ação Civil Pública permitindo a realização de concursos públicos. Entretanto, passamos às discussões do novo Estatuto da FURB que precisa ser remetido ao Prefeito em até 180 dias. Esta discussão é de suma importância, pois no Estatuto estarão regulamentadas todas as estruturas citadas nas Leis e os processos da Universidade, incluindo a formação do CONSUNI. Continuamos contando com o envolvimento dos servidores para garantia dos direitos e dos processos democráticos, participando das discussões e construindo os novos rumos da nossa Universidade.

Eleições, informática e ética

Na Assembléia realizada para discussão da Pauta de Reivindicações 2010, dia 16 de março também discutiu-se a possibilidade de alterações na execução do processo eleitoral da FURB para Reitoria e Direções de Centros. A principal questão apresentada foi a posição de parte dos servidores presentes, de que a eleição informatizada não garante a fidelidade do processo, podendo ser o sistema afetado pela programação ou softwares que alterem o resultado da votação. Conforme o compromisso assumido, o

SINSEPEs encaminhou avaliação jurídica, através de sua assessoria, sobre a possibilidade de estabelecer outro procedimento. Entretanto, a votação informatizada já é prevista na regulamentação aprovada para regimento do processo. O parecer jurídico descreve a impossibilidade de alteração deste tema para as próximas eleições e está disponível na íntegra para consulta dos servidores. Ao lado, publicamos manifestação encaminhada por correio eletrônico por servidor que solicitou publicização de sua posição.

Opinião do servidor



Gostaria de salientar o bom andamento das questões e resoluções tomadas na Assembléia de 16 de março. Porém meu objetivo com este e-mail é manifestar a minha opinião em repúdio ao exposto por alguns colegas ontem a respeito da legitimidade de nosso processo eleitoral.

Da maneira como foi dito, leva a crer que um colaborador da FURB, ou um grupo de colaboradores (colegas de trabalho de todos que estavam presentes ontem, e dos que não estavam também), deliberadamente, em algum processo do desenvolvimento do sistema usado para a eleição, usou ou usará de má fé para privilegiar determinado candidato (a).

O meio legal e lícito para impedir a vitória de qualquer candidato será através do próprio voto (campanha contra ou a favor de tal candidato e assim por diante).

Então, por essa idéia, posso crer que, em algum momento, não devo vir trabalhar sob um teto que pode ter sido mal projetado deliberadamente por um de nossos colegas engenheiros, pois o mesmo pode desabar sobre a minha cabeça.

Guilherme Rosa da Silva - auxiliar administrativo
Seção de Apoio ao Usuário - DTI



Expressão Universitária é uma publicação do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau. **Jornalista responsável:** Leo Laps (01989JP-DRT/SC).

Projeto gráfico, diagramação e editoração: Leo Laps. **Tiragem:** 3.000 cópias. **Gráfica:** Grupo Paulo Pimentel (Curitiba).

Endereço: Campus I da FURB (Rua Antônio da Veiga, 140 - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89012-900

Telefone: 47 3321-0400 ou 47 3340-1477 **E-mail:** sinsepes@sinsepes.org.br.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores.

RECICLE! NÃO SUJE A CIDADE!

Presidente: Tulio Vidor. **Vice-presidente:** Ricardo Machado **Secretário-geral:** Joni Júlio Evaristo **1º Tesoureiro:** Luiz Heinzen **2º Tesoureiro:** Luiz Donizete Mafra **Dir. Jurídico:** Glauco A. Espindola **Dir. de Cultura:** Mariana Freitas **Conselho Fiscal:** Simone Wagner Rios Largura, Rita de Cassia Marqui, Décio Zendron (titulares); Rubia Carla Ribeiro e Natacha Juli Georg (suplentes)

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES



I - Para representação da FURB em relação aos anteprojetos de lei e a Ação Civil Pública, criar comissão paritária com representantes da Reitoria e do Sinsepes.

II - CLÁUSULAS ECONÔMICAS

2.01. Reposição das perdas salariais acumuladas, calculadas com base na média dos índices (IPC - FIPE, IGPM - FGV, ICV - DIEESE, INPC e IPCA - IBGE, IVGP - FURB) no período de março/2009 a fevereiro/2010, incidindo sobre os salários de dezembro de 2009 no percentual de 4,73%, com atualização do índice de fevereiro/2010.

2.02. Reposição de 7,37%, que deveriam ter sido pagos, referente a perdas remanescentes de períodos anteriores.

2.03. Antecipação de 50% (cinquenta por cento) do décimo terceiro salário para o mês de agosto/2010.

2.04. Incluir nas diretrizes orçamentárias, política salarial que contemple a reposição integral das perdas, sem parcelamento.

2.05. Garantia do cumprimento da legislação no que se refere à venda de férias.

2.06. Alteração do sistema de valores para pagamento das horas extras atribuindo-se os seguintes percentuais como adicional:
Dias normais: 50%
Sábados: 75%
Domingos e feriados: 100%.

III - CLÁUSULAS SOCIAIS

3.01. Implementar política de redução da jornada de trabalho dos servidores.
3.02. Organizar o regime de trabalho dos servidores de forma que possibilite sua otimização, com o cumprimento de toda

jornada (40h) em cinco dias da semana.

3.03. Aumentar os valores do auxílio creche, bem como, ampliar o acesso a este direito para os pais até que a creche da FURB esteja definitivamente implementada.

3.04. Suspender qualquer nova terceirização na FURB de funções que podem ser mantidas/criadas como cargos no plano de carreira dos servidores e realização de concurso público para preenchimento das vagas ocupadas pelos terceirizados.

3.06. Estender benefício de abatimento de mensalidade nos cursos oferecidos pela Universidade aos servidores aposentados e seus dependentes. Incluir na política de benefícios os cursos oferecidos pelas conveniadas e seqüenciais. Implementar o fim do teto de desconto das mensalidades dos cursos de graduação.

3.07. Definição do número de horas totais para afastamento de servidores técnico administrativos para cursos de pós-graduação.

3.08. Corrigir as condições de trabalho inadequadas, perigosas e insalubres nos diversos campi da FURB incluindo áreas de convivência.

3.09. Criar a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) e SESMT (Serviço Especializado de Saúde e Medicina do Trabalho) na FURB.

3.10. Criação de uma política alimentar da Universidade que defina qualidade e preço justo dos alimentos comercializados na Furb. Reestruturar a comissão para definir critérios, contemplando SINSEPEs, DCE, ASEF, APROF e Reitoria.

3.11. Reestruturação da Divisão de Gestão de Pessoas, compreendendo:
- Ampliação da equipe técnica funcional (ex.: contratação de psicólogo(s));
- Definir política de gestão de pessoas;-
Qualificação e desenvolvimento

continuado de pessoas, incluindo os terceirizados, com a participação do SINSEPEs para definir os cursos de qualificação;
- Programa de qualidade de vida no trabalho;
- Bolsa de oportunidades.
- Cumprimento das normas e procedimentos internos e externos.

3.12 Implantar uma política de atenção aos servidores que tenham sob sua responsabilidade pessoas com necessidades especiais, incluindo redução de carga horária, auxílio financeiro e licença, nos moldes do estatuto dos servidores públicos municipais..

3.14. Incluir representação do Sinsepes nas negociações referentes aos convênios sociais.

IV - CLÁUSULAS ACADÊMICAS

4.01. Efetivar política de pesquisa e extensão que garanta a alocação efetiva das horas de pesquisa e extensão para professores do quadro e substitutos.

4.02. Garantir um processo democrático e participativo, na revisão das resoluções 47/2004 e 70/2004.

4.03. Mudança no critério da concessão de licença prêmio:
- Docentes: garantir o usufruto de 6 meses consecutivos a cada 10 anos, tendo como critério de prioridade o tempo de serviço e não a avaliação da administração.
- Técnico-administrativos:

Garantir o usufruto de 3 meses a cada 5 anos, podendo parcelar em períodos mínimos de 1 mês, a critério do servidor.

4.04. Preservar as instâncias colegiadas de tomada de decisões.

V - CLÁUSULAS SINDICAIS

5.01. Concessão de trinta seis (36) horas/ano para cada servidor para participação em eventos promovidos pelo Sindicato.

5.02. Assegurar a manutenção do Processo de Negociação Coletiva Permanente e Contratação Coletiva das Cláusulas pactuadas entre o Sindicato e a Administração da FURB.

5.03. Garantir a divulgação antecipada à comunidade universitária da pauta das reuniões dos conselhos superiores. Além disso, implementar o sistema de transmissão das reuniões dos conselhos superiores conforme aprovado em 2001.

5.04. Garantir a manutenção dos acordos sindicais nas Resoluções desta Instituição, só podendo haver rompimento mediante novo acordo.

5.05. Garantir o emprego de todos os servidores técnico- administrativos e professores contratados com vínculo consolidacional por contrato de prazo indeterminado.

5.07. Garantia da veiculação do programa de TV "Cidadania em Debate" na FURB TV.

5.08 Calendarização de reuniões periódicas mensais entre Reitoria e Sinsepes para acompanhamento das reivindicações e garantia de cumprimento dos compromissos assumidos.

Cidade

Juiz acata ação popular e cancela reajuste de R\$ 28% na passagem de ônibus em Blumenau. Consórcio Siga e prefeitura municipal ainda tentam recorrer

População e Justiça impedem aumento

POR LEO LAPS, jornalista do SINSEPEs <leolaps@gmail.com>



População protestou na Câmara de Vereadores (Foto: Leo Laps)

Pressão popular e ações de Justiça garantiram a manutenção dos R\$ 2,30 na passagem de ônibus em Blumenau. Consórcio Siga e prefeitura municipal foram impedidos de cobrar R\$ 2,55 (11% de aumento) a passagem com o cartão e R\$ 2,95 (28% de aumento) para quem pagasse com dinheiro, a chamada tarifa embarcada. Mas a luta por um preço justo para o transporte público não para por aí: se foram encontradas irregularidades agora, por que não desconfiar de elas também aconteceram e foram enfiadas goela abaixo da população nos anos anteriores?

É o que pretende revelar uma ação civil pública do Fórum dos Trabalhadores, união de 11 sindicatos da cidade, entre eles o Sinsepes, que pede auditoria dos cálculos da planilha de custos do sistema de transporte coletivo em Blumenau desde a criação do Consórcio Siga, em 2007. De lá para cá, a passagem, se o reajuste deste ano fosse mantido, teria aumentado 36,52%, sendo que a inflação do período, calculada pelo IVGP (Índice de Variação Geral de Preços, apurado pela Furb em Blumenau), foi de 20,36%.

DESINFORMAÇÃO

Em fevereiro, menos de uma sema-

na após o aumento das passagens, o juiz Osmar Tomazoni concedeu liminar em uma ação judicial movida pela Associação Catarinense de Defesa dos Direitos Constitucionais (ACDC) e revogou o aumento alegando falta de transparência nas planilhas (nem o presidente do Seterb, Rudolf Clebsch, sabia explicar alguns dados sem o auxílio do setor de contabilidade do órgão) e ausência de estudos técnicos exigidos pelo Ministério dos Transportes para recalcular tarifas de transporte público.

Consórcio Siga e prefeitura tentaram derrubar a liminar e já tiveram dois recursos negados pela Justiça. Também apresentaram justificativas para o aumento que só os complicaram mais perante a população. "Informaram", por exemplo, que a manutenção do emprego de 500 cobradores significava 40 centavos em cada passagem, tese desmontada pelo economista e assistente social Klaus H. G. Rehfeldt em artigo no Jornal de Santa Catarina do dia 25 de fevereiro. Nele, o autor calcula, usando como base 400 cobradores, que se esse valor apresentado pelo poder público é mesmo verdadeiro, cada cobrador estaria recebendo, líquido, um salário de R\$ 2,8 mil. O Seterb explicou, então, que o aumento finan-

ciaria reformas nos terminais de ônibus e a compra de 89 novos ônibus. O juiz Tomazoni explicou, então, que os usuários do transporte coletivo não podem pagar por investimentos ainda não executados. Siga e prefeitura resolveram parar de argumentar e começar a estudar. Também ao Santa, o presidente do consórcio, Humberto Sackl, ex-veicador pelo PDT, revelou que está se reunindo com "peritos e economistas" para dar um jeito de garantir o aumento da tarifa.

COBRADORES

A implantação do cartão eletrônico Siga e a "inovação" da passagem embarcada, justamente 40 centavos mais cara, vem se apresentando à opinião pública como sinal da extinção dos cobradores de ônibus. Em Joinville, já não existe a função (mesmo assim, e a passagem deve aumentar para R\$ 2,60 este ano). O Sindetranscol, no entanto, no informativo Expresso do Povo, dá uma série de razões para se manter os empregos destes trabalhadores: catraca eletrônica não dá bom dia, não ajuda com sacolas, não dá informações, não ajuda pessoas com dificuldade de locomoção, não desce com cadeirantes no colo, não garante mais segurança dentro dos coletivos, entre outras coisas".

Educação

Conae 2010 leva à Brasília demandas recolhidas em todos os estados para elaborar diretrizes da área até 2020 e democratizar o acesso ao saber

Em busca do ensino para todos



Fazer uma ampla e democrática discussão da educação no Brasil e elaborar um novo Plano Nacional de Educação (PNE) para o período 2011-2020 são os principais objetivos da Conferência Nacional de Educação (CONAE), que este ano ocorre em Brasília de 28 de março a 1º de abril. O tema central do encontro é a construção do Sistema Nacional Articulado de Educação, que distribuirá responsabilidades para municípios, estados e União com o intuito de universalizar o ensino entre os brasileiros.

Considerando a carência de participação da sociedade civil no processo de construção do encontro, a CONAE 2010 começou, efetivamente, no primeiro semestre do ano passado, com conferências municipais e inter-municipais em todo o país. Em seguida, foram feitas reuniões estaduais (a catarinense ocorreu em outubro de 2009). A intenção foi descentralizar os debates e ouvir as especificidades e demandas de cada estado, trazidas pela sociedade civil, agentes públicos, entidades de classe, estudantes, profissionais da educação e

pais/mães (ou responsáveis) de estudantes.

Sessenta e oito delegados vão compor a banca catarinense. Oito são de Blumenau. Entre eles estão os professores da FURB Valmor Schiochet e Marilene Schramm, que vão focar suas atividades em Brasília no eixo de debates intitulado "Democratização do acesso, per-

Com a limitação no crescimento do ensino superior privado devido à baixa renda per capita brasileira e desigualdade social, é necessário ampliar as oportunidades de ensino superior gratuito, principalmente aos cidadãos de menor renda

manência e sucesso escolar". Ambos vão defender a expansão do ensino superior federal no país – buscando, de forma indireta, garantir também a federalização da FURB nos planos da União.

O documento-base da CONAE

2010 traz dados que revelam a importância em democratizar o ensino superior no Brasil, que continua elitizado. Se houve expansão na última década, pesquisas de 2007 demonstravam que apenas 12,1% da população brasileira com idade entre 18 e 24 anos estavam matriculadas em cursos de graduação na época. Destes, apenas ¼ estudavam em instituições públicas, que ofereciam apenas 36% de vagas em cursos noturnos, essenciais para quem precisa trabalhar para se sustentar.

O documento analisa ainda que, diante da limitação no crescimento do ensino superior privado devido à baixa renda per capita brasileira e desigualdade social - onde, ainda, 10% da população tem 50% das riquezas do país e os 50% mais pobres tem 10% -, é extremamente necessário ampliar as oportunidades de ensino superior gratuito, principalmente aos cidadãos de menor renda. A FURB, que apresentou queda de alunos nos últimos anos, em parte pelo crescimento da concorrência, faz parte deste contexto de desigualdade.

Outro objetivo do CONAE 2010 é fortalecer e institucionalizar o Fórum Nacional de Educação, espaço de discussão entre governos e sociedade civil e que, na reforma das Leis de Diretrizes Básicas da Educação (LDB) na metade da década de 1990, não teve voz no processo.

São seis os eixos de discussão do CONAE 2010 (saiba mais em www.conae.mec.gov.br):

- 1 Papel do Estado na garantia do direito à educação de qualidade: organização e regulação da educação nacional;
- 2 Qualidade da educação, gestão democrática e avaliação;
- 3 Democratização do acesso, permanência e sucesso escolar;
- 4 Formação e valorização dos profissionais da educação;
- 5 Financiamento da educação e controle social;
- 6 Justiça social, educação e trabalho: inclusão, diversidade e igualdade.

Projetos de federalização são apresentados e aguardam verba

O Comitê FURB Federal apresentou no fim de fevereiro os dois projetos que vão dar sequência ao processo de federalização da Universidade. Os R\$ 200 mil do convênio com o Ministério da Educação (MEC) ainda não vieram devido a um erro na minuta de assinatura do mesmo, problema que já está sendo corrigido, segundo o Comitê, para garantir a entrada dos recursos. A FURB deve dar uma contrapartida de R\$ 40 mil, metade para cada projeto.

A proposta inicial é de finalizar até o começo de julho, devido às eleições presidenciais e estaduais, os estudos técnicos para formulação da Proposta Jurídica, Financeira e Pedagógica da nova universidade federal. Dentro deste projeto, o objetivo é estudar "as possibilidades de parcerias entre Universidade Pública Municipal e

Universidade Federal, envolvendo questões relacionadas ao patrimônio, à transferência de estudantes e à cedência de servidores", convencer o MEC de que, financeiramente, transformar a FURB em unidade federal de ensino superior é um bom negócio através de estudos comparativos sobre os custos da FURB e das universidades federais já existentes, além de propor uma política pedagógica "inovadora". Oficinas com especialistas vão guiar os estudos e, no final, um caderno contendo as propostas finais será editado.

Também pretende-se realizar até o começo de julho 16 seminários nos 14 municípios da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (Ammvi) – duas vezes em Blumenau e Brusque – e um último encontro regional em Blumenau. O intuito é aprofundar o diálogo entre FURB e comunida-

de regional, ouvindo demandas e buscando novas ideias para a criação de uma universidade federal que sirva aos interesses de todo o Vale do Itajaí. Este projeto de integração visa a articulação da nova universidade com outras instituições de ensino superior da região, evitando competição, bem como aumentar a participação regional no sistema nacional e mundial de centros de conhecimento e ter na sociedade local seu campo de práticas concretas, desenvolvendo a região.

A plenária do Comitê definiu uma coordenação executiva dos projetos formada pelos servidores Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira, Clóvis Reis, Valmor Schiochet, Gilson Ricardo Medeiros Pereira e Mauro Tessari, que tem como objetivo garantir que os projetos sejam desenvolvidos em coerência com as posições do Comitê.

A revista Atos de Pesquisa em Educação Vol 4 n° 3 está disponível na página da FURB na internet. A edição traz os resultados do ciclo de debates denominado Universidade e Desenvolvimento, organizado pelo Comitê FURB Federal e que decorreu nas dependências da Universidade e da Câmara de Vereadores de Blumenau ao longo do primeiro semestre de 2009.

Os artigos podem ser lidos em:

www.furb.br/atosdespesquisa

Uma gestão para a história

NO COMANDO DA UNIVERSIDADE DESDE 2006, REITOR EDUARDO DESCHAMPS E VICE ROMERO FENILLI MARCARAM OS ÚLTIMOS QUATRO ANOS PELO DESGASTE POLÍTICO, MENTIRAS, INABILIDADE, INCOMPETÊNCIAS, AUTORITARISMO E REJEIÇÃO EM TODOS OS SEGMENTOS DA UNIVERSIDADE. O SINSEPE FAZ UM BALANÇO DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS



CHOQUE DE GESTÃO

Ao assumir a reitoria, através do planejamento estratégico, Deschamps passa a afirmar que para resolver os problemas financeiros e administrativos da FURB seria preciso um “choque de gestão”. Este modelo empresarial de administrar a instituição foi resultado da assessoria da Fundação Dom Cabral e levou ao processo de precarização das relações humanas e a desconstrução dos espaços mais horizontalizados de discussão e decisão. Além de piorar os procedimentos administrativos, este modelo de gestão tem aumentado a insatisfação e o adocimento nos locais de trabalho.

PESQUISA E EXTENSÃO

Com o objetivo de criar um reordenamento administrativo, a gestão optou pela fusão da Pró-reitoria de Pesquisa e a Pró-reitoria de Extensão em uma só que passou a ser chamada de PROPEX. Este processo levou a uma redução quantitativa e qualitativa na pesquisa e extensão, restringindo os objetivos fins da Universidade.

CULTURA

A extinção da Dpc (Divisão de Promoções Culturais) e a ausência de uma política efetiva na área cultural, fez retroceder muito o papel da Universidade na comunidade regional. Nos últimos anos este setor recebeu duros cortes financeiros, redução de pessoal e programas que há anos vinham sendo realizados pela FURB, sendo o exemplo mais emblemático a não realização do FURB em 2009. Esta política de desmonte cultural da gestão foi duramente criticada pela Conferência Municipal de Cultura que cobrou a retomada e a criação de novas políticas voltadas para a área.

EDITORIA

Na gestão Deschamps/Fenilli a Editora perdeu seu espaço físico e autonomia, teve seu quadro de funcionários reduzido e passou a estar submetido ao setor de publicidade, evidenciando uma inversão das suas prioridades. Ainda nesta questão a Livraria Universitária foi retirada de um espaço central de circulação para uma área periférica e bem menos privilegiada da Universidade.

BIBLIOTECA

A Biblioteca Universitária da FURB foi e ainda é uma referência no numero e qualidade do acervo. Mas a permanência desta condição está sendo cada vez mais dificultada através dos seguidos cortes orçamentários. Em 2007 foi executado o montante de R\$ 601 mil para aquisição de acervo. Em 2008, o valor baixou para R\$ 478 mil e, em 2009, para R\$ 460 mil. Para 2010, o valor orçado é de R\$ 400 mil. Estes cortes restringiram duramente a aquisição e atualização do acervo.

FURB TV

A opção pela mudança de contrato com a TV educativa (pública) para a TV Futura (privada) trouxe diversos problemas para a instituição. Com uma boa dose de autoritarismo foi impedida a veiculação do programa Cidadania em Debate, uma parceria da FURB TV com o SINSEPE. Em 2010 a FURB TV sofreu duros golpes e cortes que levaram a demissão de funcionários e a extinção da produção jornalística e de programas com identidade local.

CULPADOS

A gestão optou em colocar os servidores como os verdadeiros culpados diante da situação de crise. Problemas que estão intimamente ligados ao “choque de gestão”, ou

seja, a precarização das relações de trabalho, centralização das decisões e diminuição das possibilidades de aceção na carreira foram identificados pela gestão como culpa pura e simplesmente dos servidores da instituição.

GREVE 2007

CAUSA: Em um processo recheado de obscuridades e falta de transparência, com convocação de CONSAD sem divulgação anterior de conteúdo absolutamente nocivo aos trabalhadores, foi aprovado o Processo que retirava drasticamente seus direitos. A decisão significava inclusive a eliminação da progressão funcional dos servidores técnico-administrativos, impedindo o avanço na carreira. A resposta dos trabalhadores foi imediata: GREVE! Sem maturidade política para lidar com a questão e atordoada pela surpresa da organização dos trabalhadores, a Reitoria submeteu até mesmo os membros da gestão a uma condição de pressão absurda.

EFEITO: Como resultado, a Reitoria redistribuiu a ocupação dos cargos mais elevados da administração da Universidade promovendo apenas a “dança das cadeiras”. Os ocupantes dos cargos de comando da Pró-Reitoria de Administração, chefia de gabinete da reitoria e COPLAN “dançam” enquanto o único a perder o cargo é o Pró-Reitor de Pesquisa e Extensão, a quem a crise não era diretamente atribuída. A credibilidade não é recuperada e o desgaste dos administradores perdura.

REDUÇÃO DE DIREITOS E BENEFÍCIOS

Sempre chamados de “reorganização” ou “normatização”, vários processos nos Conselhos Superiores ou conveniados foram estabelecidos com o intuito da redução dos direitos trabalhistas e benefícios concedidos aos trabalhadores. São exemplos a alteração das normas de concessão da licença prêmio, suspensão da venda de férias e a pressão para migração dos servidores para novos planos no convênio com a UNIMED, acarretando pagamento mais elevado ou desvantagens de cobertura.



EXONERAÇÕES

A redução acuada na qualidade das relações de trabalho, além da fragilização das possibilidades de formação e desenvolvimento profissional fazem da FURB uma instituição muito menos atrativa tanto para os professores, em comparação com outras universidades, como para os técnico administrativos em relação a outros locais de trabalho. O resultado é a contabilização de inúmeras exonerações por iniciativa dos trabalhadores, seja para investir na própria carreira ou simplesmente para acessar em-

pregos mais atrativos. Nenhuma medida eficiente de contenção foi tomada pela administração atual da FURB, senão justificar a queda do número de servidores de carreira como produto da impossibilidade de realizar novos concursos.

FURB IDIOMAS

A atual administração da FURB gerou grande expectativa em torno da reformulação e profissionalização do então Laboratório de Línguas. As primeiras mudanças incluíram inclusive a mudança de nome para FURB Idiomas e uma campanha publicitária individualizada. Não demorou, contudo, para que se percebesse a falta de uma política de ensino de idiomas. Pior do que isso, a desconsideração das particularidades do FURB Idiomas, a falta de liberdade na gestão interna, as indefinições na relação de atribuições com outros setores e com os cursos de graduação em letras e a fragilidade do vínculo dos professores foram aspectos desastrosos. O resultado é a dificuldade de captação de alunos e um corpo funcional extremamente pressionado e vítima de constantes ameaças quanto à manutenção do emprego.

CRECHE

Antiga reivindicação dos servidores da FURB, as discussões acerca da criação da creche para atender à comunidade universitária não avançaram na gestão atual. As crianças que deveriam ser as atendidas quando se começava a reivindicar este benefício podem finalmente fazer parte da FURB, hoje como estudantes de graduação.

SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

A precarização das relações de trabalho não está restrita aos servidores estatutários ou contratados diretamente pela FURB. As condições de trabalho dos prestadores de serviços na instituição, a partir da contratação de empresas terceirizadas, também decaiu com a redução do número de trabalhadores para execução das mesmas tarefas, além do descumprimento dos direitos trabalhistas de obrigação das empresas. Ain-

tuam tendo, nas relações com a FURB, a geração de diversas dúvidas. Além disso, as posições administrativas tomadas em nome da Universidade são marcadas pelo pouco debate. Por exemplo, qual a sustentação da decisão da não abertura de cursos de especialização próprios pela FURB, restringindo a oferta exclusivamente aos cursos conveniados?

ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS

A gestão atual da FURB tem sido marcada pela intensa atividade imobiliária. Além da transferência do terreno onde atualmente encontra-se a Reitoria para uma grande rede de supermercados, a aquisição do imóvel onde hoje encontra-se o IPA, anexo ao Campus II, o tema do aluguel de imóveis continua gerando dúvidas na comunidade universitária. Exemplos são a falta de posição quanto à desocupação do imóvel acima citado e o aluguel do prédio em frente ao IPA. Este custa à FURB aproximadamente R\$ 200 mil por ano somente em aluguel. Além disso, por mais de 6 meses o imóvel esteve fechado sem realização de nenhum tipo de atividade. Ainda, foram realizados investimentos no local para adaptá-lo às atividades de ensino, porém continua a mostrar-se um local extremamente inadequado, pois os estudantes continuam relatando problemas sérios no isolamento acústico, calor excessivo e baixa qualidade do ar causado pela falta de janelas na estrutura. Tendo o Campus II área disponível para ampliação dos ambientes de ensino, estes R\$ 200 mil estão sendo empregados de acordo com os interesses institucionais?



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

Provavelmente é o mais recorrente tema de promessas não cumpridas dessa administração em que se referenciava a vantagem de ter um Vice-Reitor destacado especialmente para este tema. Todo início de ano foi marcado pelos discursos de “ainda este ano” e o este ano transfere-se indefinidamente ano após ano. Problemas na liberação das obras, problemas na transferência dos recursos, problemas nos convênios, os problemas só não foram mais recorrentes do que as promessas. A gestão chegará ao seu final sem o hospital em funcionamento, sem a conclusão da obra e amargando inclusive a transferência para outros hospitais de equipamentos de alta complexidade recebidos para o atendimento à população. Ou, quem sabe, ainda este ano...

RESPOSTA À AÇÃO CIVIL PÚBLICA

Impossibilitada de criar e prover cargos por resolução interna, a Reitoria da FURB responde de forma trágica e vergonhosa. Trágica por não limitar-se ao objeto da Ação e forçar a reforma administrativa, desejo da Reitoria cuja proposta já fora rechaçada pela comunidade, tratando tudo como um mesmo processo. Vergonhosa pela ridícula qualidade das propostas de lei apresentadas originalmente e pelas mentiras de que eram reflexo da estrutura existente então. Com a atuação firme do SINSEPE em denunciar os procedimentos adotados e a pressão da

comunidade, garante-se a recomposição de todos os textos e sua apreciação prévia pelos conselhos superiores. Ainda assim as discussões foram seriamente atribuladas e em várias ocasiões a Reitoria desrespeitou a reitoria do processo e os conselheiros, negando procedimentos regimentais e sugerindo abertura de processos judiciais para garantir o cumprimento do regimento do próprio conselho. A incessante tentativa de reformar administrativamente a FURB e reduzir os direitos trabalhistas dos seus servidores resultaram em um processo extremamente demorado e que é o único motivo pelo não desbloqueio dos concursos públicos após 1 ano e meio desde a impossibilidade.

DALTONISMO E CEGUEIRA ADMINISTRATIVA

Os relatórios da administração financeira da FURB na atual gestão foram marcados pelas constantes alterações de cores. Após celebrar a condição “azul” com um festival de matérias na imprensa escrita e até apresentação de telejornal em comemoração ao aniversário da Universidade enaltecendo a competência administrativa, finalmente percebe-se o ressurgimento do resultado “vermelho” das finanças. A realidade “daltonica” da administração é rapidamente substituída pela “cegueira administrativa”. O plano de recuperação incluiu uma série de medidas de gestão, incluindo cortes significativos das atividades de extensão, nos projetos de pesquisa e nos investimentos culturais e de interação comunitária. A aplicação deste plano pode ser cada vez mais sentida com a fragilização da FURB como instituição universitária.

MENTIRAS OU INCOMPETÊNCIA?

As regras da liberação de licença prêmio não significaram redução. As finanças estavam no azul. As finanças “voltaram” ao vermelho sem que se pudesse constatar a tempo de imediata reação. O Hospital Universitário estará em funcionamento em breve. Os anteprojetos de lei originalmente propostos pela Reitoria refletiam a realidade institucional e os direitos trabalhistas atualmente em vigor na FURB. Criatividade e inovação darão a tônica da gestão para oxigenar os processos na universidade. Em processos democráticos, as discussões serão horizontalizadas, com menos intermediários e possibilitarão aos servidores participar efetivamente das decisões na universidade. A atual condição de dificuldades financeiras é passageira e prepara a FURB para a estabilidade a médio prazo.

Todas as frases são da administração da FURB ou compromissos de gestão. Mentiras ou exemplos de incompetência?

CANCELAMENTO DA DÍVIDA COM O ISSBLU

Motivados pela nova regulamentação nacional que rege a relação previdenciária, FURB e ISSBLU definiram o cancelamento da dívida que a FURB mantinha com o Instituto (cerca de R\$ 16,5 milhões). Entretanto, isso acarreta um significativo e permanente acréscimo percentual da contribuição previdenciária da FURB sobre o salário dos servidores (correspondendo ao acréscimo aproximado de 3% sobre o valor da folha de pagamentos). Fica assim o entendimento de que o extinto fundo previdenciário (dinheiro dos trabalhadores) foi incorporado ao patrimônio da FURB, gasto, e agora a instituição é responsável pelo pagamento correspondente a sua não aplicação no instituto previdenciário? Que pensam os estudantes por ter que financiar novamente o que nós trabalhadores já pagamos?

Arte sobre Ilustração de Daniel Costessouza

Produção Cultural

Conferência Nacional de Cultura – lá e cá.

POR MÁRCIO JOSÉ CUBIAK, Cientista Social e Mestrando em Desenvolvimento Regional pela FURB, produtor cultural independente e conselheiro municipal de cultura (Blumenau) <libidinagens@gmail.com>

Índigenas de muitos troncos distintos e próximos, quilombolas do norte e do sul, mestres griôs de cultura popular, os 'moderninhos' do audiovisual, poetas declamadores de mundos simbólicos e cordel, as 'mães e pais de santos', gente do teatro, do circo, artesanato, produtores culturais independentes, ayahuasqueiros, LGBT ufa!! A II Conferência Nacional de Cultura, em Brasília, nos dias 11 a 14 de março de 2010, foi tão enérgica que não caberia burocratizar em palavras todas as participações e contribuições desse universo distinto, diverso, porém 'dialogante'. Como falar sobre a experiência de viver um rito de passagem?

PARTE BUROCRÁTICA

O primeiro dia de Conferência foi marcado por reflexões e articulações conceituais sobre os cinco eixos que orientaram todas as conferências. Tentativa de intelectualizar e contextualizar as propostas sistematizadas para a Nacional. O segundo dia foi dedicado às mini-plenárias que tinham como ob-

PARTE SIMBÓLICA OU "SOBRE ENCONTROS E MUITOS ENCONTROS"

Havia o desencontro? Sim, como em toda ação humana pode e deve produzir. Mas por detrás disso, a vontade de falar. Microfones como rosas vermelhas. Quiseram alguns intelectuais, por muito tempo, gerar reflexão sobre identidade cultural a partir do ponto de vista norte-americano ou então, europeu. Apesar da globalização, e das tensas relações entre local/global, o Brasil não pode ser visto a partir de prismas exteriores ao nosso contexto de fricção – dominação – subserviência – novidade e autonomia, próprio da América Latina. Não era nem identitária, como na Europa, nem trombativa, como as guerras culturais estadunidenses e suas performatividades baseadas em gênero, sexualidade, raça ou a dicotomia "progressista" X "conservador". Por aqui, as reivindicações culturais passam pelo rol dos direitos sociais, frutos de 500 anos de espoliações colonialistas ou, mais recentemente, neoliberais. Por aqui, tudo se re-

tos para a maioria, tratados como minorias. Nesse sentido, a II Conferência Nacional de Cultural articulou atores que trataram de "desilenciar" (Célio Turino) suas vozes e materialidade, através de conceitos importantes como autonomia e protagonismo.

ROL DAS POLÍTICAS E DOS DIREITOS

Foi assim que os cinco eixos trabalharam arduamente, entre a tensão e o diálogo, visando incorporar contribuições de todos os lados, desde que articuladas no coletivo. Exercício democrático por excelência. Plano Nacional de Cultura, Plano Nacional de Banda Larga, PEC 150 e outros mecanismos de financiamento público, PEC 415 (Sistema Nacional de Cultura), Democratização dos Meios de Comunicação, Mídias, Minorias, Brasil Urbano/Brasil Rural, Desenvolvimento e Economia Criativa, Custo Amazônico, Museus e Educação Patrimonial: tantos temas quanto foram diversas as plenárias, com cores, trajas e sotaques.

IMPLICAÇÕES NO TERRITÓRIO LOCAL E REGIONAL

O estado de Santa Catarina participou com uma delegação aproximada de 45 pessoas, entre sociedade civil e delegados governamentais. Por aqui, os desafios são fedorentos: o governo estadual conseguiu estagnar a produção cultural, com seus mecanismos mentirosos e marketeiros de financiamento. Não é a toa que o governo foi condenado pelo Ministério Público diante da falta de critérios: havia e existem, ainda, projetos que levam de uma semana a até quase 800 dias para serem aprovados. Os que possuem velocidade de Schumacher geralmente são os 'amigos da nobreza' e projetos importantes para o desenvolvimento cultural como encontro de motoqueiros e festas municipais disso-e-daquilo. Para piorar, a 'desgestão' Luis Henrique da Silveira-Gilmar Knaesel tem como prática o não-pagamento dos projetos aprovados, alegando falta de recursos – afinal os últimos dois anos foram marcados por cortes entre 60%

e 70% dos recursos para o FUNDACIONAL. Piorando mais ainda um quadro ruim, fedorento, temos uma Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, cuja prioridade é turismo e esporte. O governo estadual não acata a decisão de várias plenárias para a criação da Secretaria Estadual de Cultura, como ordena o Sistema Nacional de Cultura. Para ser pessimista-suçida, ainda existem as Secretarias

de Desenvolvimento Regional, instâncias que poderiam ser potencializadoras e articuladoras da criatividade inerente à humanidade, mas que terminaram sendo cabides de emprego e plataformas para direcionar recursos para o candidato X, Y, como no caso do Paulo França, aqui em Blumenau.

Se levarmos para o municipal, temos Marlene Schlindwein e suas desculpas e pedidos de paciência. João Paulo Kleinubing, o prefeito, não se importa com a existência de políticas públicas. A esfera governamental, para sua orientação ideológica, é balcão de negócios entre município e empresas. Por isso, é sintomática a decisão de empurrar para o outro a Escolinha de Artes Monteiro Lobato, com seus 36 anos de pedagogias, entre Fundação Cultural e Secretaria de Educação. "Cultura apenas como Custo", pensam os cabeções-de-planilha do governo de JPK. "cultura apenas como evento", pensa a Sra. Marlene Schlindwein. E a FURB, que busca ser Federal, ter esse status importante, mas desarticula seu Departamento de Promoções Culturais (DPC) e transforma o Festival Internacional de Teatro Universitário de Blumenau em projeto bianual? O Reitor ainda nos deve respostas sobre a rearticulação do DPC (já estamos, pelo menos, com o excelente trabalho de Melita Bona).

Neste sentido, local & global, os esforços podem ser orientados da seguinte maneira (sugestão): Conselho Municipal de Cultura deliberativo e paritário; Fundo Municipal de Cultura de acordo com a real demanda, aumentando os recursos; criação de Observatório de Políticas Culturais, articulando artistas, produtores culturais, comunidade, Universidade e Instituto de Pesquisas, com caráter regional; o debate entre Universidade, Arte e Cultura; o papel da Secretaria Regional no fomento às artes e cultura; a organização de outros mecanismos de financiamento público, como os editais direcionados para áreas específicas; a construção do plano municipal de cultura articulado com o Sistema e o Plano Nacional de Cultura e, dar corpo e voz às minorias e ao contemporâneo (ouço que as manifestações folclóricas germânicas recebem mais de 1 milhão de reais em incentivo, entre Fundação, Prefeitura e Secretaria Regional de Blumenau), enquanto outras manifestações, juntas, recebem menos de R\$300 mil.

No mais, obrigado a todos que acreditaram. Sou pura empolgação. Articulemo-nos!

diversas

Projeto fez mapeamento das áreas de pobreza no município (Foto: Giovani Nasatto)



Jornalista apresenta pesquisa sobre favelização em Blumenau

A jornalista Magali Moser apresenta no auditório da Biblioteca Central da FURB, dia 30 de março, a partir das 20h, o resultado da pesquisa *O processo de favelização de Blumenau*, aprovado ano passado pelo Fundo Municipal de Apoio à Cultura. Com a colaboração da professora Jacqueline Samagaia, do curso de Serviço Social da FURB, a jornalista fez um mapeamento das áreas de pobreza da cidade e conversou com moradores dessas comunidades, além de especialistas e representantes do poder público.

"A intenção é servir como fonte de pesquisa, já que há pouquíssimas referências sobre o assunto na cidade, além de garantir visibilidade a esses moradores, historicamente vítimas da tentativa de serem 'escondidos' atrás dos morros", explica Magali Moser, que convida todos a comparecer na apresentação da pesquisa para discutir o assunto.

O mapa e o artigo desenvolvidos pela jornalista desde outubro de 2009 vão ser publicados na revista *Blumenau Em Cadernos* em abril.

Salão Elke Hering e Festival de Teatro voltam em 2010

Ano passado, Blumenau teve dois grandes revezes na área artístico cultural. Primeiro, a não realização, por falta de verba, do Festival Internacional de Teatro Universitário de Blumenau (FITUB). Mais tarde, em outubro, a prefeitura municipal adiou para março de 2010 o 9º Salão Elke Hering, principal mostra de artes visuais e plásticas da cidade, alegando problemas para assinar contrato com o Funcultural, responsável pelo repasse de R\$ 80 mil para realização do salão bianual. A mostra está confirmada - abre dia 25 de março, às 19h30, na Museu de Arte de Blumenau -, mas artistas da cidade seguem indignados com o adiamento que, segundo eles, é mais uma consequência da falta de incentivo do poder público à arte e cultura na cidade e da incompe-

tência e desorganização dos gestores públicos na área.

O FITUB também foi confirmado no início de fevereiro, e as inscrições estão abertas (confira na página da FURB www.furb.br). Entretanto, a Universidade já sinalizou que o festival tem tudo para começar, de vez, a ser bianual. Além disso, os problemas de financiamento, que ano passado foram agravados pela reforma das leis de incentivo à cultura estaduais e federais, continuam, segundo a coordenadora do FITUB, Pita Belli. "Estamos trabalhando com um orçamento de R\$ 350 mil, que já é um plano B. Mas talvez tenhamos de ir para os planos C ou D", afirma.

Segundo ela, o fato de o festival ter caráter pedagógico e universitário, não empresarial, afasta

Livro sobre desastre de 2008 é lançado na FURB

Lançado no dia 9 de março na Biblioteca Central da FURB, o livro *Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: Água, Gente e Política* mostra como a tragédia que matou 135 pessoas e deixou 80 mil desabrigados em Santa Catarina teve causas não apenas naturais, mas principalmente sociais. Escrito por 21 autores, a maioria professores e pesquisadores da Universidade Regional de Blumenau, e organizado pela professoras Beate Frank e Lucia Sevegnani, a obra pretende fomentar, junto ao poder público e à comunidade, o debate de estratégias para evitar novos desastres na região e aprender com os erros que tornaram os habitantes do Vale do Itajaí tão vulneráveis à esse tipo de calamidade.

Dividido em 15 capítulos mais um apêndice, o livro está organizado em quatro partes. Primeiro, trata das condições prévias ao desastre, falando tanto da fragilidade do ambiente natural da região como da falta de controle na ocupação de áreas de risco, bem como das historicamente problemáticas gestões ambientais e da defesa civil no Estado. A segunda parte conta com apenas um capítulo, que trata dos fenômenos meteorológicos que levaram à chuva excessiva que caiu na região no período. Em seguida, o livro fala especificamente do desastre de novembro de 2008, fechando com uma análise das políticas realizadas frente às enchentes e es-corregamentos e também demandas e preocupações para mudar as condições prévias ao desastre, além da necessidade de melhorias na defesa civil.



O livro será distribuído em prefeituras de cidades atingidas pelo desastre, mas está integralmente disponível na internet na página do Comitê do Itajaí, realizador da obra junto à FURB:

www.comiteitajai.org.br



jetivo, elencar 05 prioridades em cada sub-eixo. Um grande desafio - havia sub-eixo com mais de 60 propostas, o que exigia que 55 delas fossem 'secundarizadas'. A plenária final, no terceiro dia, 14 de março, teve que priorizar apenas dois dentre as cinco encaminhadas pelas mini-plenárias. Como foram 16 o número de sub-eixos, a priorização resultou em 32 propostas.

laciona com a necessidade de existir um Estado Mediador dos direitos e das políticas, que assuma sua responsabilidade histórica. No Brasil, a "cultura das ONGs" criou uma sociedade civil bastante diferente da européia e estadunidense (George Yúdice).

Na América Latina, a tentativa de impor autoritariamente a "Teoria da Modernização" (Talcott Parsons) gerou abismos silencio-

Trabalhadores da educação lutam por piso nacional, negado pelo estado

Trabalhadores em educação de todo o Brasil participaram dia 16 de março de um ato em defesa da implantação de um piso nacional único para a categoria e de mudanças no quadro de horas dos professores, oferecendo mais tempo para pesquisas e preparação das aulas. Em Blumenau, a manifestação ocorreu na Rua 15 de novembro, na escadaria da Catedral São Paulo Apóstolo. Em Florianópolis, 300 professores marcaram presença em frente à Assembleia Legislativa. Em Chapecó ocorreu uma das maiores manifestações do estado, com a presença de 1,2 mil trabalhadores.

O governo de Santa Catarina foi um dos cinco que negaram a implantação do piso e entraram com uma liminar em junho de 2008. Segundo a coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (SINTE-SC), Sílvia Betina Wamser Lindner, o governo estadual paga a diferença do piso em forma de bonos. "Bono não é salário. No caso de uma licença prêmio, de férias e, principalmente, de aposentadoria, esse bono, que chega a ser 40% do rendimento de um professor, não é incorporado e o salário fica bem menor", afirma a líder sindical. Outra luta da categoria diz respeito às horas de trabalho. Atualmente, um professor tem 32 horas semanais de aulas e oito de pesquisa. O SINTE nacional quer alterar a relação para 27/13 e conscientizar a base a não aceitar horas excedentes e, assim, obter melhor qualidade de vida e preparar bem aulas que irá ministrar. "Só assim a educação no Brasil dará um salto qualitativo. O professor precisa de mais horas para dar uma aula melhor, e também não pode ultrapassar as 40 horas. Quem trabalha até 60 horas por semana fica doente e não dá aula de qualidade", afirma Sílvia.

Foto: Leo Laps



Internacional

O assassinato "acidental" de civis no Afeganistão e as baixas diárias no Iraque mostram a verdade cruel sobre as guerras promovidas pelos Estados Unidos em nome da suposta "democracia e liberdade"

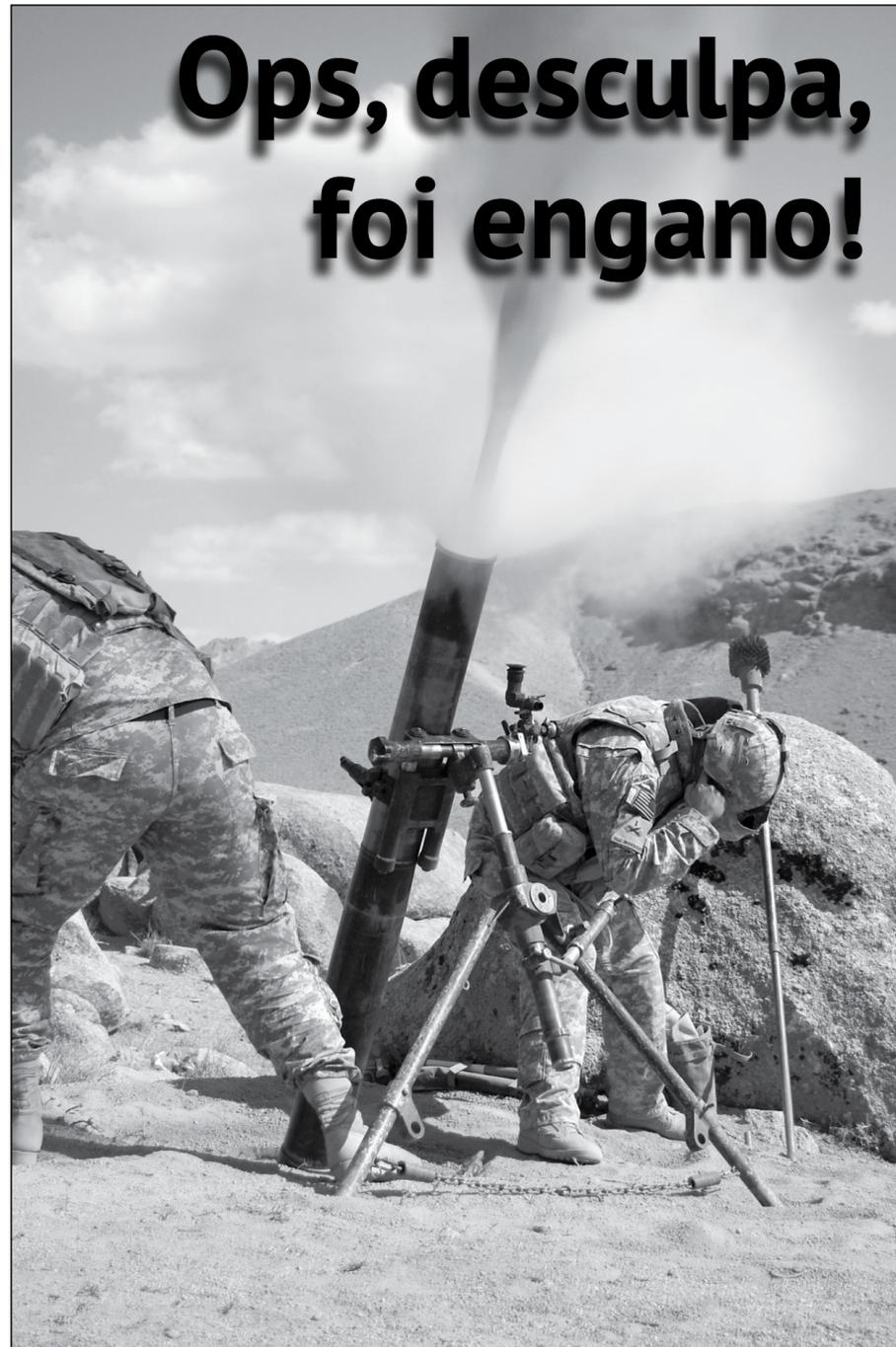
POR ELAINE TAVARES, jornalista <eteia@gmx.net>

Estas notícias, todas as noites, sempre me enchem de uma absurda perplexidade. Diz o repórter, em tom monocórdio: "Mais 45 mortes em Bagdá". E isso acontece todos os dias, 45, 34, 27, 50, os números variam por aí. Já passaram cinco anos da ocupação estadunidense no Iraque. E isso é notícia noite após noite. Banalizou. Morrer, no Iraque, é coisa normal. Ninguém sequer pestaneja, segue comendo, ou varrendo, ou fazendo o que seja, enquanto ouve a terrível notícia. É que o Iraque está tão longe, quase ninguém tem algum parente lá, ou um conhecido. A dor dos iraquianos toca raras pessoas. Eu, por exemplo, me assombro a cada noite.

Outro dia, o locutor informou com voz impassível: 27 civis foram mortos por engano no Afeganistão. Putz! E ele nem pestaneja, e logo segue outra notícia, de preferência alegre, para que as pessoas não fiquem estarecidas diante do fato de que, num outro país distante, também ocupado desde há nove longos anos, morrem civis todos os dias, vítima da violência da ocupação. E só volta e meia algum destes ataques a civis sai na imprensa. Como esse da semana passada. É que o Afeganistão "saiu da pauta". Há outras desgraças a perscrutar.

Pois a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), que é nome pomposo do braço armado estadunidense naquela região, divulgou que matou por engano os civis pensando que eram terroristas. Pois assim é a guerra "cirúrgica" promovida pelo exército mais poderoso da Terra. Recrutam garotos sem oportunidades nos Estados Unidos, transformam os mesmos em máquinas de guerra, mas tiram deles a visão do horror. No geral, estão lá em cima, nos aviões, apontando para pontos escuros na terra, como se fosse um vídeo-game. A guerra sem sangue, a "limpeza" clínica, cirúrgica, bem demarcada pelos radares.

Só que os radares são observados por humanos que erram, e tampouco podem dizer se os pontinhos no chão são terroristas ou gente simples, que tenta viver a vida naquela região conflagrada e ocupada há quase uma década. Bueno, para os estadunidenses isso parece coisa irrelevante, visto que basta ser afegão ou iraquiano para ser terrorista, é como um sinônimo. Então, vez ou outra, alguns soldados de outras bandeiras, ou mesmo algum estadunidense com consciência, percebem que essa versão de "terroristas" que eles tem cravada nas retinas não é tão verdadeira assim. Então se dão conta de que aqueles pontos lá embaixo são mulheres lavando, crianças brincando, velhos tomando sol, homens trabalhando. Então, ficam estupefatos. "São



Ops, desculpa, foi engano!

civis"! Aí uma boa alma admite o erro e pede desculpas.

"Foi um engano, desculpa". Mas essas desculpas são para quem? Aos mortos? Estes já estão em outro plano, bem melhor, nos braços de Alá. Aos vivos? E para que? Para que os desculpem por antecipação, caso o radar ou os olhos falhem outra vez? O general McCrystal ainda tem a cara de pau de dizer que estão lá para proteger os afegãos. Proteger do quê, cara pálida?

Os Estados Unidos ocuparam o Afeganistão para, segundo seu governo, levar a democracia e a liberdade. Mas, quem, além

da mídia cortesã, acredita nisso ainda? Lá estão para garantir as plantações de ópio, para manter bases militares capazes de incendiar a região a qualquer momento, para garantir seu poder de polícia do mundo. Pouco importa se para isso tenha que matar o povo inocente. A nós, aqui, cabe o assombro, a perplexidade diante do cinismo: "ops, desculpa, foi engano". E assim segue a vida, na apatia de ver o ladrão entrando na casa do vizinho. Fecha-se a janela com vagar, para não ser visto. Até que um dia, o ladrão entra no nosso quintal...

Militares dos Estados Unidos atiram com morteiro no Afeganistão (Foto: US Army/Sgt. Jim Downen)

www.eteia.blogspot.com
www.pobresenojentas.blogspot.com

A jornalista Elaine Tavares escreve nos blogs Palavras Insurgentes e Pobres & Nojentas, entre outros

Notas sobre a literatura catarinense

Os cruzeiros de Urda Alice Klueger

VIEGAS FERNANDES DA COSTA, editor do Sarau Eletrônico (www.bc.furb.br/saraueltronico) da Biblioteca da FURB <viegas@furb.br>

Quando observarmos a história da literatura produzida a partir de Santa Catarina, percebemos a força do seu caráter fálico. Em outras palavras, percebemos o quanto nomes masculinos hegemônicos, no transcorrer do tempo, o fazer literário catarinense. Poucas são as escritoras que figuram no cânone literário deste estado, no qual se destacam Delminda Silveira de Souza (1854?-1932), Maura de Sena Pereira (1904-1991), Lausimar Laus (1916-1979) e Eglê Malheiros (1928). A estas autoras podemos incluir, mais recentemente, o nome de Urda Alice Klueger, nascida no município de Blumenau em 1952 e atualmente em plena atividade literária e acadêmica.

Urda estreou na literatura em 1979, com o romance *Verde Vale*, seu livro mais conhecido e que já conta com mais de dez edições. Depois de *Verde Vale*, publicou *As Brumas Dançam Sobre o Espelho do Rio* (1981), *No Tempo das Tangerinas* (1983), *Te Levanta e Voa* (1988), *Cruzeiros do Sul* (1992) e *Sambaquí* (2008) – todos romances. A autora escreveu também livros de crônicas (destaque para *No Tempo da Bolacha Maria*, de 2002), relatos de viagens (destaque para *Entre Condores e Lhamas*, de 1999), além de literatura infantil e historiografia. Sua obra vasta e de gêneros diversificados tem sido objeto de estudos acadêmicos e da crítica literária, cuja apreciação não é unânime: há quem reconheça na prosa de Urda Alice Klueger inovação e qualidade literária; e há outros, como Antonio Hohlfeldt, em que a crítica aponta para problemas estruturais e pouca inovação. Divergências a parte, inegável é a importância do conjunto da obra de Urda Alice Klueger na conjuntura cultural catarinense e grande é a quantidade de leitores que acompanham suas publicações.

MISCIGENAÇÃO NO VALE

A ficção de Urda sempre esteve muito associada à temática da imigração germânica no Vale do Itajaí, principalmente quando tratamos dos seus primeiros títulos. Entretanto, há um diferencial entre o texto desta escritora e o de outros autores que abordam o tema de forma mais ortodoxa, como é o caso, por exemplo, de Gertrud Gross-Hering (1879-1968). Já desde *Verde Vale*, Urda procura trabalhar o elemento germânico miscigenando-se aos demais grupos étnicos presentes na região, e a miscigenação é sempre um ato de ousadia, um enfrentamento social que tende ao aprimoramento material da sociedade e ao seu desenvolvimento civilizatório. É o descendente de alemães que se relaciona com o negro, com o índio, com o italiano ou com o brasileiro; seus personagens exercitando, assim, a democracia racial defendida por Gilberto Freyre (1900-1987). Não há, portanto, no universo ficcional de Urda Alice Klueger, o retrato de uma colonização de raiz identitária única, mas a construção de uma sociedade rica porque

resultante do encontro multiétnico. A este respeito, manifestou-se a autora em entrevista ao Sarau Eletrônico em 2008:

"Tive contato com a obra do Gilberto Freyre depois que escrevi *Verde Vale* e *No Tempo das Tangerinas*. Parece que ganhei um rótulo: a escritora que escreve sobre Blumenau e sobre o alemão. As pessoas esquecem dos meus livros que são totalmente diferentes. Acho que o que pegou foi a miscigenação que havia dentro da minha casa. Nós éramos híbridos em tudo: culturalmente, etnicamente e religiosamente. E as rejeições que minha mãe sofreu refletiam muito na gente. (...) Tenho lembrança de aniversários, casamentos, dessas festas que reúnem toda a família. Nós éramos três meninas muito bonitinhas, e pessoas da família me pegavam no colo e diziam: "estás vendo essa aqui, como é bonitinha? É do Rolando!" – que era meu pai. E aquilo tinha toda uma carga de preconceito. Ela era do Rolando, mas era também filha da brasileira. Isso reflete profundamente em mim, tanto é que nunca me senti alemã, mas sempre uma brasileira de muitas origens. E a partir de um certo momento, além de brasileira, passo a me sentir americana. Hoje, se me perguntarem, não diria cidadã do mundo, mas cidadã da América."

PLANO CRUZADO

Além de Gilberto Freyre, é possível encontrarmos outras referências autorais em sua obra, notadamente de Érico Veríssimo (1905-1975), com sua saga *O Tempo e o Vento*; e do norueguês Knut Hamsun (1859-1952), com seu romance *Os Frutos da Terra*. De Veríssimo, a predileção pela saga histórica, e de Hamsun, a força do trabalho humano domesticando a natureza-

Urda procura trabalhar o elemento germânico miscigenando-se aos demais grupos étnicos presentes na região, e a miscigenação é sempre um ato de ousadia, um enfrentamento social

za e construindo a civilização. Todos esses elementos que elencamos aqui aparecem com muita força no romance *Cruzeiros do Sul* que, acredito, constitui-se no livro mais rico e bem construído de Urda Alice Klueger até o momento. O título tem importância especial se considerarmos o fato de *Cruzeiros do Sul* marcar uma ruptura ideológica na produção da autora. Diferentemente dos textos anteriores, a construção idílica da narrativa sofre a irrupção de um realismo cruel e desestruturador dos acordos sociais, como que se *Germinal*, de Émile Zola (1840-1902), passasse a ditar as palavras até então paridas por Hamsun. Quando Urda escreve *Cruzeiros do Sul*,



Urda estreou com o livro *Verde Vale* em 1979 e segue em plena atividade literária e acadêmica (Foto: Gabriel S. V. T. da Cunha/Sarau Eletrônico)

o Brasil recém sofrera o choque econômico do Plano Cruzado, promovido pelo governo José Sarney em 1986. Enquanto bancária (profissão que exerceu até sua aposentadoria), a autora presenciou o desespero daqueles que venderam suas propriedades rurais, aplicaram o dinheiro na poupança a fim de viverem da correção monetária e, depois do novo plano econômico, viram sua segurança financeira desaparecer. É procurando contar a história dessas famílias, cuja origem estava no campo, que a autora retrocede no tempo e, flertando com a historiografia, passa a narrar a história daqueles que descendiam do encontro, ainda no século XVI, da índia xokleng Madjá-Aiú e do degredado europeu "Cabelo Amarelo", e que participaram da construção de Santa Catarina. Assim, o "cruzeiros" do título torna-se duplamente referente: a constelação sob a qual se desenrola a narrativa e a moeda, cujo desaparecimento abrupto, interrompe uma trajetória familiar que até então parecia destinada à felicidade.

Se por um lado *Cruzeiros do Sul* reproduz alguns clichês do romantismo literário e omite alguns eventos importantes da historiografia catarinense (como a Guerra do Testestado), por outro constitui-se enquanto marco na obra da autora e na literatura produzida a partir de Santa Catarina justamente por este seu caráter de ruptura e de denúncia social.



Cruzeiros do Sul, por Urda Alice Klueger (Editora Hemisfério Sul, 408 pgs., R\$ 50)

■ Dia Internacional da Mulher

A violência nossa de cada dia

POR **ILZE ZIRBEL**, historiadora e socióloga <izirbel@yahoo.com.br>

Mais uma vez me deparo com o tão polêmico, significativo e ao mesmo tempo contraditório, Dia Internacional da Mulher.

Data em que me bajulam, me oferecem flores, me citam as tais grandes conquististas das mulheres.

Data em que eu devo ficar muito contente, mas me sinto atordoada e confusa.

Da mesma forma que tenho um grande orgulho das minhas companheiras do passado, que lutaram para melhorar a minha vida de mulher moderna, também percebo o tamanho das mentiras que continuam nos contando.

Quis escrever um artigo que colocasse estas minhas angústias pra fora e tomei por tema a questão da violência. Velha chaga humana e que afeta todas as relações, das mais comuns às mais complexas (como é o caso dessas guerras absurdas que se travam no mundo social e político e que destroem concretamente as vidas de milhares de pessoas mundo afora).

Pensando nisso, saí em busca de uma definição que abrangesse não apenas esta violência visível, óbvia, que se dá no campo das agressões físicas, mas que se referisse também às violências que se dão no campo das falas e das atitudes, que humilham, ridicularizam, diminuem e dão sustentação às práticas violentas mais visíveis. Deparei-me, então, com uma definição de Marilena Chauí, essa filósofa nascida em solo brasileiro, que afirma ser violência "tudo o que reduz outra pessoa à condição de coisa".

Essa era a definição que eu buscava e que resume minhas idéias e experiências humanas.

Com base nela fiquei a pensar na minha condição de mulher e em toda esta insistente propaganda que se faz nas famílias, nas escolas, nas ruas, nas igrejas, (etc.) para delimitar meus espaços de vida e definir o meu lugar no mundo.

E, como acontece todas as vezes em que resolvo não apenas pensar sobre as coisas mas me envolver de forma mais séria e profunda com elas, permitindo que sejam mais vivas e subjetivas, o artigo acabou deixando de ser existir e em seu lugar nasceu uma espécie de desabafo poético. Sem rimas. Mas com a seriedade e a beleza das coisas árduas da vida. E é assim que o texto ficou: curto, seco e sério. Esperando ser lido e compreendido para se transformar em novas práticas e mudanças reais



Nós mulheres sabemos o que é violência.

Toda as vezes que não nos deixam sair de casa e nos afirmam que o nosso lugar é ali.

Todas as vezes que nos incentivam a olhar para o futuro esperando que ele nos reserve apenas um belo casamento.

Todas as vezes que tolem nossas brincadeiras e nos direcionam para a reprodução das funções domésticas (como se elas fossem um grande divertimento).

Todas as vezes que uma mulher é espancada ou violentada por alguém em quem ela confiava.

Todas as vezes que decidimos investir em um futuro pessoal e somos aconselhadas a seguir carreiras próprias ao nosso sexo.

Toda vez que nos dizem que é bom estudar e ter profissão mas que em determinado momento teremos que abandonar tudo para ter filhos.

Toda vez que ouvimos falar que os homens são naturalmente melhores no campo tecnológico (mesmo que sejam as meninas que estejam tirando as melhores notas nas áreas matemáticas).

Toda vez que escutamos nossos professores e professoras se utilizando da palavra Homem para designar a Humanidade (com o argumento de que a nossa língua escolheu o masculino como regra para as coletividades).

Toda vez que nos dizem o que pensar.

Todas as vezes que nos preparamos para exercer bem a nossa profissão e percebemos que as melhores posições e os melhores salários serão para os homens.

Todas as vezes que alguém se refere ao sucesso profissional de uma mulher como algo excepcional, que "foge à regra".

Toda vez que escolhem as mulheres para serem demitidas primeiro porque os homens têm família (e elas não?)

Toda vez que se contratam mulheres "pela metade do preço".

Toda vez que nos aproximamos de alguém do sexo oposto para conversar e percebemos que estamos sendo mal interpretadas.

Todas as vezes que nos olham como se fôssemos apenas seios, bunda e pernas.

Toda vez que iniciamos um relacionamento afetivo e a outra pessoa passa a exigir exclusividade sobre nós.

Toda vez que nos dizem que os homens só pensam em sexo e que é melhor ceder senão ele procura outra.

Toda vez que nos negam o nosso próprio prazer e nos tratam como um objeto de consumo.

Todas as vezes que nos usam para fazer piada.

Toda vez que não nos dão o direito de decidir sobre a nossa reprodução.

Toda vez que temos de ceder o nosso corpo para uma gravidez indesejada.

Todas as vezes em que vemos mulheres retornando ao campo de trabalho após uma licença-maternidade e encontrando outra pessoa em seu lugar.

Todas as vezes que ouvimos falar que somos desnaturadas por não estarmos em casa com as crianças.

Todas as vezes que temos de lidar sozinhas com a saúde de nossos familiares.

Todas as vezes que somos responsabilizadas por toda a educação e conduta moral da família.

Toda vez que ficamos sós com toda a sujeira do ambiente doméstico.

Todas as vezes que nos dizem que já conquistamos muito e nos perguntam:

O que mais querem essas mulheres?

Talvez queiramos o direito à liberdade, ao exercício pleno da nossa razão.

O direito de errar, de acertar, de ir e vir sem sermos molestadas

O direito de sermos quem somos e não uma imagem inventada e comercializada.

O direito de sermos humanas.



Café Lilás oferece apresentação do Grupo Fãs de Teatro

Homenagem do Sinsepes às servidoras pelo Dia Internacional da Mulher, o Café Lilás ofereceu este ano a apresentação da peça *Fãs*, do Grupo Fãs de Teatro, formado por três alunas do curso de Artes Cênicas da FURB, sob direção de Pita Belli. Após a peça, o grupo participou de um bate-papo de quase uma hora sobre feminismo, gravidez e as condições do mercado de trabalho para as mulheres. Também participou da conversa a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Blumenau (SINTRAFITE), Vivian Bertoldi. Em seguida, o SINSEPEs ofereceu um café da tarde para as servidoras e convidados. (Fotos: Leo Laps)



Confira em www.sinsepes.org.br mais fotos da peça